



TERMO DE REFERÊNCIA
(Contratação de Serviço)
Nº 03/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de acesso à internet por meio de link dedicado (3 Gbps - full duplex), incluindo implantação, manutenção e suporte técnico de infraestrutura em fibra óptica e serviços de intranet, bem como a disponibilização de Wi-Fi gratuito em praças e áreas públicas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSEV	UND DE MEDIDA	QTD
1	Serviço de acesso à internet por meio de link dedicado 3 Gbps (full duplex), incluindo a, manutenção e suporte técnico de infraestrutura em fibra óptica e a implantação de rede de intranet, destinados à interconexão digital de todas as secretarias, órgãos e setores da Prefeitura Municipal permitindo o funcionamento integrado dos sistemas internos, com maior eficiência, segurança e confiabilidade.	13692	Mês	12

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, observada a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração e comprovação de vantagem.

1.4. O Edital e o respectivo Contrato oferecerão maior detalhamento das regras aplicáveis à execução contratual, incluindo condições de prestação dos serviços, fiscalização, pagamento, reajuste, sanções administrativas e demais obrigações das partes.

2 . FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos (link de 3 Gbps e pontos de Wi-Fi) encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



2.2. A necessidade da contratação fundamenta-se na essencialidade do serviço de internet para o funcionamento das repartições públicas, considerando que o contrato atual atingiu seu limite de prorrogação e a interrupção dos serviços causaria prejuízos irreparáveis às atividades administrativas, de saúde e educação do Município.

2.3. Além da manutenção das atividades internas, a contratação visa atender ao interesse público de inclusão digital, garantindo acesso gratuito à rede mundial de computadores em áreas de lazer e convivência, como praças e orlas, promovendo a cidadania e o desenvolvimento social.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo, abrangendo a infraestrutura de fibra óptica, o link dedicado de 3 Gbps, a intranet e os pontos de Wi-Fi público, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a natureza do serviço e a necessidade de garantir a segurança da rede e a responsabilidade direta da contratada sobre a infraestrutura de dados da Prefeitura.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, visando ampliar a competitividade no certame e considerando que o pagamento será realizado apenas após a efetiva prestação mensal do serviço.

Seguindo o padrão de redação e a estrutura de tópicos que você enviou, adaptei o **Modelo de Execução** para o serviço de **Internet, Intranet e Wi-Fi**, utilizando as regras de prazos e especificações técnicas do seu projeto:

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A instalação física e configuração lógica deverão ser iniciadas em até **30 (trinta) dias** da assinatura do contrato e/ou da emissão da ordem de serviço, devendo a solução estar plenamente operacional em no máximo **60 (sessenta) dias** (prazo de ativação).

5.1.2. A contratada deverá fornecer solução integrada de conectividade, compreendendo a disponibilização de infraestrutura de fibra óptica (link dedicado e intranet) e plataforma tecnológica que possibilite o controle e a gestão do tráfego de dados, bem como o suporte técnico 24x7.

5.1.3. A contratada deverá disponibilizar e implementar sistema de gerenciamento e monitoração (dashboard/painel web) que permita o acompanhamento em tempo real do status dos links, consumo de banda e disponibilidade, 24h/dia, 7d/semana, 365d/ano.

5.1.4. A contratada deverá fornecer, obrigatoriamente, em regime de comodato, todos os equipamentos necessários (ONUs, Roteadores, Switches, Antenas Wi-Fi) para a entrega dos serviços nos pontos listados no Termo de Referência.

5.1.5. Durante a execução, poderá ser solicitada a alteração de endereço ou inclusão de novos pontos de acesso, desde que em comum acordo entre as partes, respeitando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.1.6. A instalação e configuração dos equipamentos nos prédios públicos e praças deverá ocorrer durante a fase de implantação descrita no cronograma técnico.

5.1.7. Eventuais manutenções preventivas que exijam a interrupção programada do sinal deverão ser comunicadas à contratante com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, preferencialmente em horários de baixo tráfego (madrugada).

5.1.8. A contratada deverá comprovar e implantar o sistema de monitoramento para a contratante, em ambiente de produção, com todas as funcionalidades exigidas, num prazo máximo de até **30 (trinta) dias** corridos a contar da assinatura do contrato.

5.1.9. Após a implantação, a Contratante validará os serviços e o sistema no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**. No caso de não validação por inconformidade técnica (velocidade abaixo do contratado ou falhas de sinal), a Contratada deverá providenciar os ajustes em até **02 (dois) dias úteis**.

5.1.10. A contratada terá o prazo máximo de até **30 (trinta) dias** corridos para implementar rotinas operacionais de segurança e integração de arquivos com as equipes de TI da contratante, garantindo a integridade da rede municipal.

5.1.11. Descrição detalhada dos métodos e procedimentos: A execução envolverá o lançamento de cabos de fibra óptica, fusões, instalação de racks, configuração de VLANs para a intranet e autenticação de usuários para o Wi-Fi público, seguindo as normas da ANATEL e ABNT.

5.1.12. Cronograma de realização dos serviços: A contratante fornecerá em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato:

- 6.1.12.1 Nomenclatura das unidades administrativas e coordenadas geográficas dos pontos;
- 6.1.12.2 Lista de endereços detalhada (logradouro, número, bairro);
- 6.1.12.3 Lista de servidores autorizados para gestão do painel de controle;
- 6.1.12.4 Definição de perfis de acesso e senhas.

5.2. Durante o prazo de execução contratual, a contratante poderá solicitar alterações de senhas e perfis de usuários sempre que necessário, com prazo de atendimento de até **24 (vinte e quatro) horas**.

5.3. A operadora se compromete a fornecer cobertura integral dos serviços de internet e intranet exclusivamente no município de Guamaré (Sede e Distritos como Baixa do Meio), garantindo a interconexão de todos os prédios públicos listados.

6. MÉTODO DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

- a. Os métodos de seleção seja o de menor preço menor valor global.

b. A contratação não restringirá o número de participantes na licitação, considerando que há diversas empresas no mercado aptas à prestação dos serviços contemplados neste Termo de Referência, preservando-se, assim, a competitividade do certame.

7. DAS DEFINIÇÕES

a. **INTERNET:** Sistema global de redes de computadores interligadas que utilizam um conjunto próprio de protocolos (Internet Protocol Suite ou TCP/IP) com o propósito de servir progressivamente usuários no mundo inteiro.

b. **INTERNET BANDA LARGA:** Banda larga é a conexão de internet que permite ao usuário navegar em alta velocidade. A diferença entre acesso discado e banda larga é a velocidade de conexão. O acesso discado tem a velocidade de até 56 Kbps enquanto a banda larga tem velocidade mínima de 128 Kbps.

c. **LINK DEDICADO:** Serviço de internet que tem a garantia de banda, ou seja, entrega 100K da velocidade de download e upload contratada.

d. **FULL DUPLEX:** Dispositivo “Transmissor” e outro “Receptor”, sendo que os dois podem transmitir dados simultaneamente em ambos os sentidos (a transmissão é bidirecional).

e. **FIBRA ÓPTICA:** A Fibra óptica (ou ótica) é um filamento flexível e transparente fabricado a partir de vidro ou plástico extrudido e que é utilizado como condutor de elevado rendimento de luz, imagens ou impulsos codificados.

f. **INTRANET:** Rede privada que assenta sobre a suíte de protocolos da Internet, porém, de uso exclusivo de um determinado local, como, por exemplo, a rede de uma empresa ou Órgão, que só pode ser acessada pelos seus utilizadores ou colaboradores internos.

g. **REDE SEM FIO** é uma infraestrutura das comunicações sem fio que permite a transmissão de dados e informações sem a necessidade do uso de cabos.

8. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

a. Dos Serviços de Internet — Link Dedicado:

b. O serviço de internet de banda larga com link dedicado deverá ser fornecido através de tecnologia via fibra ótica, partindo do provedor de internet até o prédio da Prefeitura, onde não serão permitidas conexões do tipo híbridas (rádio/satélite x fibra). É expressamente vedado a inclusão de franquias no plano de sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções e penas

c. A disponibilidade dos serviços deverá ser de 24 horas por semana, todos os dias do ano.

d. Os serviços de assistência técnica realizados em qualquer hora do dia, qualquer dia da semana.

e. Garantir no mínimo 99,5d» de banda contratada;

f. Garantir 99% de disponibilidade mensal;

g. SLA de 04 horas;

h. Atendimento/suporte telefônico, de no mínimo das 08h00min da manhã às 17h00min da tarde, 07 dias por semana, todos os dias do ano.

7.10. Para os testes de qualidade das conexões de banda larga, serão realizados através das ferramentas de medição disponíveis no site <http://www.brasilbandalarga.com.br/bbl/speedtest> e <http://www.minhaconexao.com.br>.

9. DA INFRAESTRUTURA

- a. É de obrigação da licitante vencedora, fornecer toda a tecnologia de infraestrutura necessária à operacionalização e execução dos serviços ora licitados, sem qualquer tipo ônus para a Prefeitura Municipal de Guararé, com a instalação, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva dos equipamentos utilizados necessários.
- b. Durante a execução do Contrato, os materiais e Equipamentos ficarão mantidos sob o regime de Comodato.
- c. Ficará a cargo do Município, apenas, os equipamentos, instalação e manutenções referentes à rede interna predial.
- d. A licitante vencedora do CERTAME deverá fornecer com detalhes sobre a operacionalização, para melhor gerenciamento dos serviços por parte do Município.
- e. A tecnologia de acesso a ser implantada no projeto deverá utilizar materiais não susceptíveis a propagação de fogo, sobretudo aqueles para uso interno;
- f. A implantação dos serviços contratados em cada um dos pontos somente poderá ser iniciada após a comprovação, por parte da equipe técnica da Prefeitura, de que as soluções tecnológicas da Contratada atendem aos requisitos técnicos destas especificações básicas.
- g. Nenhum cabo de fibra ótica deverá passar junto a cabos de energia, devendo haver separação física entre eles, conforme normas exigidas pela concessionária de energia.
- h. A instalação dos equipamentos e componentes da solução deverá levar em consideração o ambiente e instalações existentes (espaço físico, sistema de refrigeração e de fornecimento de energia elétrica, dutos, eletrocalhas, postes, antenas, fios, cabos, conectores, amplificadores, racks, access points (APs), wireless controllers, softwares e suprimentos complementares de energia elétrica, como no-breaks para o rack central de distribuição, entre outros elementos). Os componentes fornecidos (equipamentos e acessórios) deverão proporcionar condições ideais de funcionamento no que diz respeito à disposição física, evitando problemas de acesso físico aos equipamentos.
- i. Todos os equipamentos necessários para o funcionamento dos serviços deverão ser homologados pela Agencia Nacional de Telecomunicação — Anatel e demais órgão regulamentadores.
- j. A licitante vencedora, no caso de passagem dos cabos de fibra ótica entre os postes de transporte de energia, deverá realizar por sua conta, os projetos de aprovação junto à concessionária de energia, e os custos de locação de postes, entre outras despesas que se faram necessárias

10. DOS SERVIÇOS DE INTRANET

- a. A licitante vencedora deverá conectar todas as unidades (pontos) que farão uso da conexão de internet, conforme discriminado no ITEM 13.
- b. A conexão entre as unidades (pontos) de Guararé e Baixa do Meio deverão obrigatoriamente ocorrer através de fibra ótica.

- c. O link de Internet dedicado deverá ser instalado no prédio da Prefeitura e partirá para as demais
- d. unidades.
- e. A contratada deverá fornecer, em regime de comodato, equipamento e tecnologia para gerenciamento das conexões em cada setor, praça ou orla, além de monitoramento de tráfego on-line no enlace, controle de banda, geração de gráficos e emissão de relatórios necessários através de logs.
- f. A rede Wi-Fi a ser implantada nas praças e orlas deverá garantir cobertura integral de toda a sua extensão física, incluindo todas as extremidades, assegurando sinal adequado e contínuo para os usuários
- g. O controle de banda, o monitoramento de tráfego, a geração de gráficos, a emissão de relatórios e demais recursos e tecnologias inerentes à gestão das conexões deverão ficar sob a responsabilidade da contratante.
- h. As despesas com equipamentos, instrumental, locações, material, pessoal, entre outras despesas para realizar as conexões, ficará a cargo da contratada.

11. DA FORMA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- a. A prestação dos serviços deverá ser iniciada logo após a assinatura do contrato. Para tanto, para cada um dos acessos, os circuitos de comunicação de dados e os equipamentos deverão ser instalados e ativados em até 60 (sessenta) dias.
- b. A execução do serviço, bem como a instalação de novos equipamentos, poderá ocorrer, a pedido da Prefeitura, fora do período de expediente (07h30min às 17h00min), de modo a minimizar eventuais impactos aos ambientes computacionais.
- c. Todo o processo de instalação e implantação dos serviços será acompanhado e supervisionado por servidores da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Guamaré, à qual a contratada deverá se reportar antes de qualquer ação e decisão referente à implantação da solução.
- d. Todos os custos com realização de canalização, entradas, tubulações, modems, racks, roteadores, etc., compreendendo todo o percurso de infraestrutura de cabeamento, desde o centro de roteamento da contratada até o equipamento roteador a ser instalado na Prefeitura e demais secretarias e Setores é de responsabilidade da Contratada.
- e. Caso os prazos de entrega dos circuitos, serviços e equipamentos não sejam cumpridos, a Prefeitura aplicará multa no valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor da mensalidade dos circuitos, serviços e equipamentos, por dia de atraso, por pontos de presença não entregue, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato;

12. DA VISTORIA

- a. Os interessados poderão realizar uma Visita Técnica nos locais onde os serviços serão prestados, ” onde conhecerá o ambiente e as necessidades para prestação dos serviços.
- b. Caso as interessadas desejem efetuar a visita aos locais, elas deverão entrar em contato com a Secretaria Municipal de Administração para o agendamento, no qual o prazo hábil para realização da visita será até 02 (dois) dias úteis de antecedência da abertura da sessão pública, e deverá ser agendada pelo fone: (84) 991082075, com Diassis, em horário de expediente;

- c. Realizada a visita, a Prefeitura emitirá o Atestado de Visita, informando os locais, atestando que a licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto da licitação;
- d. Toda e qualquer despesa com a visita, incluindo a locomoção ocorrerão por conta da Licitante interessada.
- e. A apresentação do Atestado de Visita ou da Declaração de Conhecimento dos Serviços será obrigatória na fase de habilitação do CERTAME;
- f. Tendo em vista a faculdade da realização de vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão.
- g. Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria nos locais, firmará declaração (Anexo I) na qual dispense a necessidade de visita, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos do presente Projeto;

13. DO SERVIÇO DE SUPORTE

- a. A (s) Contratada (s) deverá (ão) prestar o SERVIÇO DE SUPORTE à solução ofertada, contemplando:
- b. CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO para registro e acompanhamento de chamados.
- c. PORTAL DE GERENCIAMENTO WEB, com acesso seguro, disponível em regime 24x7, que emita alertas de falhas e pré falhas nos serviços, além da emissão de relatórios de DISPONIBILIDADE, PERDA DE PACOTES, LATÊNCIA e TAXA DE TRANSMISSÃO.
- d. Os chamados deverão ser classificados conforme descrições abaixo, podendo ocorrer flexibilização em relação nomenclatura:
- e. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO;
- f. INCIDENTE IMPUTÁVEL- Ocorrência motivada por falha da (s) CONTRATADA (S) passível de aplicação de penalidade contratual;
- g. INCIDENTE NÃO IMPUTÁVEL - Ocorrência motivada por falha da CONTRATANTE. No ato da ABERTURA DO CHAMADO, na central de serviços, deverão ser registradas as seguintes informações:
- h. Número do chamado;
- i. Localidade afetada;
- j. Data/Hora de início do incidente/solicitação de serviço;
- k. Contato na localidade ou da equipe técnica do CONTRATANTE;
- l. Descrição do chamado.
- m. NO FECHAMENTO DOS CHAMADOS deverão constar as seguintes informações:
- n. Número do chamado;
- o. Localidade afetada;
- p. Classificação do chamado (SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO, INCIDENTE IMPUTÁVEL, INCIDENTE NÃO IMPUTÁVEL);
- q. Data/Hora de início do incidente/solicitação de serviço;
- r. Data/Hora de final do incidente/solicitação de serviço;
- s. Duração do incidente;
- t. Contato na localidade ou da equipe técnica do CONTRATANTE;
- u. Descrição detalhada do fechamento do chamado.

- v. Todos os chamados deverão ser, preferencialmente, enviados eletronicamente para endereço
- w. (s) de e-mail indicado (s) pela CONTRATANTE;
- x. A (S) CONTRATADA (S) deverá (ão) registrar, de forma automática ou manual, todos os chamados relativos a indisponibilidades e degradações dos seus serviços;
- y. CONTRATADA (S) e CONTRATANTE, através de seus representantes legais, no início da prestação do serviço, deverão formalizar a matriz de comunicação, por ordem de criticidade, para escalonamento e resolução de incidentes;
- z. A (s) CONTRATADA (S) deverá (ão) disponibilizar acesso de leitura aos equipamentos de conectividade integrantes da solução, para fins de monitoramento por parte da CONTRATANTE, utilizando os protocolos de monitoramento indicados nos anexos de especificações técnicas.
- aa. Da Instalação dos equipamentos nas dependências da Contratante:
- bb. Os equipamentos da solução deverão, sempre que necessário, ser acomodados em armários (racks), específicos para ativos de tecnologia, fornecidos pela (s) CONTRATADA (S), exceto em casos supervenientes e autorizados pela CONTRATANTE;
- cc. Todos os equipamentos da (s) CONTRATAÇÃO (S) deverão ser instalados de forma a prevenir ” desligamento acidental por parte de funcionários da CONTRATANTE;
- dd. Todos os equipamentos necessários à prestação do serviço serão fornecidos, em regime de comodato, pela (s) CONTRATADA (S).
- ee. Das mudanças de endereços:
- ff. Na hipótese de MUDANÇA DE ENDEREÇO nos links contratados, será cobrado pela (s) CONTRATADA (S) o valor equivalente a uma nova instalação.
- gg. Dos regimes de prestação dos Serviços de aluguel de fibra óptica: Os serviços a serem prestados no âmbito do contrato decorrente do presente termo de referência obedecerão ao REGIME DE OPERAÇÃO DE 24X7X365 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano).
- hh. Da contagem dos prazos:
- ii. Os prazos obedecerão ao disposto no item “DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS - NMS“.
- jj. Da aplicação de penalidades:
- kk. A entrega não pontual dos serviços demandados ou prestados com defeito poderá ocasionar sanções por descumprimento dos Níveis Mínimos de Serviços, por meio de aplicação de desconto percentual.

14. PLANO DE INSERÇÃO:

- a. A efetiva prestação dos serviços contratados ocorrerá depois de concluído a ”PLANO DE INSERÇÃO”, detalhado abaixo, com duração de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da assinatura do Contrato decorrente do presente termo de referência:

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

- a. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- b. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- c. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- d. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- e. Todos os serviços constantes deste termo de referência deverão ser acompanhados por Servidor(a) indicado pelo Departamento de Informática da CONTRATANTE, com autoridade para exercer em nome dela toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, além de atestar as notas fiscais.
- f. Na ausência da pessoa designada no item 16.5, o acompanhamento deverá ser feito pelo Diretor do Departamento de Informática da CONTRATANTE.

16. DOS NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS:

- a. Para que seja possível a CONTRATANTE aferir a pontualidade da prestação dos serviços de instalação e mudança de endereços realizados pela (s) CONTRATADA (S), após a execução do plano de inserção, ficam estabelecidos os seguintes prazos máximos para atendimento:

Item	Serviços	Prazo
1	Instalação de ponto de (Fibra óptica ou wifi)	3 dias após registro de solicitação
2	Mudança de endereço (Fibra óptica ou wifi)	2 dias após registro de solicitação

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 18.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 18.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 18.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 18.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 18.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

18.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

18.7 Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE e designar preposto para atender as solicitações da Prefeitura na execução do objeto.

18.8 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

18.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

18.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

18.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

18.12 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

18.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

18.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

18.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

18.16 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

18.17 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

18.18 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

18.19 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

18.20 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

18.21 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

18.22 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

18.23 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

18.24 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

19 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

19.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, após solicitação da contratante, através de Nota de Empenho e/ou Ordem de Serviço, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter

técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, [de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

19.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

19.3 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

19.4 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

19.5 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

19.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

19.6.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

19.6.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.6.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

19.6.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

19.6.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

19.8 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a

verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

19.8.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

19.8.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

19.8.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

19.8.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

19.8.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

19.9 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

19.10 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

19.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

19.12 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

19.13 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

19.14 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 19.14.1 o prazo de validade;
- 19.14.2 a data da emissão;
- 19.14.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.14.4 o período respectivo de execução do contrato;

19.14.5 o valor a pagar; e

19.14.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.15 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

19.16 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

19.17 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

19.18 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

19.19 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.20 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

19.21 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

19.22 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (**trinta**) **dias** consecutivos após o ateste do recebimento do objeto.

19.23 As notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança, acompanhados dos demais documentos exigidos no presente edital de licitação e no contrato administrativo para fins de pagamento, deverão ser encaminhados ao setor competente, de acordo com a unidade da administração e com o indicado no contrato, que será o responsável pela inclusão imediata na lista classificatória pertinente, conforme Decreto Municipal nº 003/2018.

Forma de pagamento

19.24 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.25 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.26 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.26.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

19.27 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

20.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

20.2 O regime de execução do contrato será de forma **INDIRETA**.

Exigências de habilitação

20.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

20.4 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

20.5 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

20.6 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

20.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

20.8 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se

localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

20.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

20.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

20.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

20.12 **Ato de autorização** para o exercício da atividade, quando a atividade contratada estiver sujeita à autorização, expedido por órgão competente, nos termos da legislação aplicável.

20.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

20.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

20.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

20.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

20.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

20.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

20.19 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

20.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

20.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

20.22 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

20.23 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

20.24 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

20.24.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

20.24.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

20.24.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

20.24.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

20.25 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

20.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

20.27 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

20.28 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **certidões** ou **atestados**, por **pessoas jurídicas de direito público ou privado**, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

20.28.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

20.28.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

20.28.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

20.29 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

20.29.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

20.29.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

20.29.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

20.29.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

20.29.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

20.29.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

20.29.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

21 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

21.1 O custo estimado da contratação será aquele informado no Mapa de pesquisa Mercadológica e consolidado no anexo de preços, após realização de pesquisa mercadológica pela Central de Compras.

21.2 Para esse caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

- 9.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 9.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

22 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 A presente licitação será somente para Registrar Preços de mercado para futura e eventual contratação, sem a necessidade de reserva orçamentária.

22.2 No momento da emissão da Nota de Empenho, as despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos provenientes do Tesouro Municipal (Recurso Municipal), Estadual e/ou Federal.

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS/ INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 11.1 Será considerada comunicação oficial todo contato realizado por correspondência (física ou eletrônica, incluindo-se o aplicativo de mensagem WhatsApp).
- 11.2 As partes deverão, obrigatoriamente, fornecer um número telefônico válido para contato via aplicativo de mensagem WhatsApp, bem como conta de e-mail, para fins de estabelecimento de correspondências.

24 DOS ANEXOS

12.1 Como parte integrante do termo de referência ANEXO 1 – DESCRIÇÃO DAS UNIDADES A SEREM IMPLANTADAS E seus respectivos quantitativos.

25 DO(A) RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Francisco de Assis Soares Rodrigues
Assessor Técnico

Jaianny Priscila da Silva Medeiros Olegário
Diretoria de compra

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, SOLICITO a realização do procedimento licitatório inerente.

Guamaré/RN, 13 de Maio de 2026.

Deyvid Samuel Soares da Silva
Secretário Municipal de Administração



Gua
maré

ANEXO



ANEXO I**UNIDADES A SEREM IMPLANTADAS - CIRCUITO DE DADOS COM FIBRA ÓPTICA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Sequencia	Unidades
1	Setor: Secretaria de Assistência Social – Sede Endereço: Rua Monsenhor José Tibúrcio, S/N, - Guamaré.
2	Setor: Central Cidadania Endereço: Rua Monsenhor José Tibúrcio, 106, - Guamaré
3	Setor: Casa do artesão Endereço: Rua Aratuá, S/N, - Guamaré
4	Setor: CRAS/Centro Endereço: Rua Monsenhor José Tibúrcio, S/N, - Guamaré.
5	Setor: Conselho Tutelar Endereço: Rua Monsenhor José Tibúrcio, S/N, - Guamaré.
6	Setor: Centro da Pessoa Idosa- Serviço de Convivência Endereço: Rua Monsenhor José Tibúrcio, 206, - Guamaré
7	Setor: Complexo do Vila Maria Endereço: Rua Apodi, 2023 A, (Vila Maria)
8	Setor: Unidade de Acolhimento Endereço: Rua Professor João Batista, 30, - Guamaré
9	Setor: Almoxarifado da Assistência Social Endereço: Rua Gameleira, 02, (Vila Maria)
10	Setor: CRAS de Baixa do Meio Endereço: Rua São João, S/N, (Baixa do Meio)
11	Setor: Centro de Velório Endereço: Presidente Bandeira, S/N, (Baixa do Meio)
12	Setor: Restaurante Popular Endereço: Rua da Saudade, S/N, (Baixa do Meio)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13	Setor: Secretaria Municipal de Educação Endereço: Rua sete de setembro - Guamaré



14	Setor: Escola municipal benvinda nunes Teixeira Endereço: Avenida Nicolau vieira de melo - Guamaré
15	Setor: Escola Municipal Francisca freire de Miranda Endereço: Rua monsenhor José Tibúrcio - Guamaré
16	Setor: Cei Olindina vieira câmara Olegário Endereço: Rua monsenhor José Tibúrcio (vila maria)
17	Setor: Escola municipal Antônio Theodorico Endereço: Rua projetada (salina da cruz)
18	Setor: escola municipal José Silvino de oliveira Endereço: Rodovia rn-221 (salina da cruz)
19	Setor: Escola municipal Jesuíno vieira de melo Endereço: Ponta de salina (zona rural)
20	Setor: Escola municipal monsenhor José Tibúrcio Endereço: Lagoa seca (zona rural)
21	Setor: Escola municipal José Nunes da Silveira Endereço: Lagoa de baixo (zona rural)
22	Setor: Escola municipal Pedro Guilherme Endereço: Lagoa doce (zona rural)
23	Setor: Escola municipal Luiz Candido Alves Endereço: Rua são Pedro 1 (Ass. Umarizeiro)
24	Setor: Cei maria do socorro melo Pedro Endereço: Avenida esportiva (baixa do meio)
25	Setor: Escola municipal Jesse pinto Freire Endereço: Rua praça do esporte (baixa do meio)
26	Setor: Escola municipal Sebastiana Ricardo Endereço: Rua vila nova (baixa do meio)
27	Setor: Escola municipal maria Madalena Endereço: Rua presidente Bandeira (baixa do meio)
28	Setor: Escola municipal Bibiano Xavier Endereço: Santa paz (zona rural)
29	Setor: Escola municipal Francisco Maciel Endereço: Rua madre paulina (Ass. Santa maria três)
30	Setor: Sede da banda Filarmônica Endereço: Rua presidente Bandeira (baixa do meio)
31	Setor: Biblioteca municipal Endereço: Rua monsenhor José Tibúrcio – Guamaré
32	Setor: Centro Darcy ribeiro Endereço: Rua professor João Batista - Guamaré
33	Setor: Pes Endereço: Rua travessa nossa senhora da penha - Guamaré





34	Setor: Numesp Endereço: Rua sete de setembro - Guamaré
35	Setor: Polo uab Endereço: Rua capitão Vicente de Brito - Guamaré
36	Setor: Casa dos Conselhos Endereço: Rua capitão Vicente de Brito, número 142 - Guamaré

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

37	Setor: Hospital municipal Manoel Endereço: Rua Monsenhor Jose Tiburcio nº 279 – Centro, Guamaré
38	Setor: Policlínica Centro Endereço: Rua Nicolau Vieira de Melo, SN, Centro, Guamaré
39	Setor: Policlínica Baixa Do Meio Endereço: Rua Brasília, S/N- Baixa do Meio.
40	Setor: Unidade De Pronto Atendimento Endereço: Rua da Esperança nº 24, Distrito de Baixa do Meio.
41	Setor: Casa De Apoio Endereço: Rua Felipe Cortez nº 1460, Lagoa Nova – Natal/RN.
42	Setor: Secretaria Municipal De Saúde - Sede Endereço: Rua Monsenhor Jose Tiburcio, nº 8 – Guamaré.
43	Setor: Farmácia Da Gente Endereço: Rua Monsenhor Jose Tiburcio, SN – Guamaré.
44	Setor: Covisa Endereço: Rua Professor João Batista, nº 286 – Guamaré.
45	Setor: Centro Especializado Em Odontologia - Ceo Endereço: Rua Monsenhor Jose Tiburcio, nº 516 – Guamaré
46	Setor: Anexo Cer Endereço: Rua Salvador nº100, Distrito de Baixa do Meio.
47	Setor: Endemias - Guamaré Endereço: Rua Professor João Batista, nº 369 – Guamaré.
48	Setor: Endemias – Baixado Meio Endereço: Avenida Vila Nova nº 04 – Baixa do Meio.
49	Setor: Oficina Ortopédica Endereço: Rua Projetada nº 4, Vila Maria – Guamaré/RN
50	Setor: Cer: Física E Auditiva Endereço: Rua Monsenhor José Tibúrcio, Nº912- Guamaré/RN
51	Setor: Cer: Intelectual Endereço: Rua Monsenhor José Tibúrcio, Nº920- Guamaré/RN
52	Setor: Ubs 1 - Centro Endereço: Rua Nossa Senhora da Conceição, S/N - Guamaré
53	Setor: Ubs 2 – Vila Maria Endereço: Rua Rio Mossoró, n 200 – Vila Maria - Guamaré
54	Setor: Ubs Porte 2 (Ubs 3 E 4) Endereço: Rua Rio Grande do Norte, S/N - Baixa do Meio
55	Setor: Ubs 5 Salina da Cruz Endereço: Rua Das Tulipas, S/N – Salina da Cruz





56	Setor: Ubs 6 Quilombo Endereço: Sítio Baixa da Jurema, nº 54, - Zona Rural
57	Setor: Ubs 6 Lagoa Seca Endereço: Rua Principal, S/N – Ass. Lagoa Seca.
58	Setor: Ubs 7 Umarizeiro Endereço: Rua São Pedro, S/N – Ass. Umarizeiro.
59	Setor: Ubs 7 Baixa Do Meio Endereço: Rua. Da Esperança, S/N, - Baixa do Meio
60	Setor: Ubs 7 Santa Paz Endereço: Rua São João, S/N.- Ass. Santa paz
61	Setor: Ubs 7 Santa Maria 3 Endereço: Santa Luzia, N. 72 – Ass. Santa Maria 3
62	Setor: Ubs 8 Lagoa De Baixo Endereço: Rua. Principal, S/N – Ass. Lagoa de Baixo
63	Setor: Ubs 8 Mangue Seco I Endereço: Rua. Principal, S/N – Ass. Mangue I
64	Setor: Ubs 8 Mangue Seco II Endereço: Rua principal – Ass. Mangue seco II
65	Setor: Teancorando Endereço: Rua Monsenhor Jose Tiburcio, nº 12,- Guamaré
66	Setor: Casa Dos Conselhos Endereço: Rua Capitão Vicente de Brito, nº 42, - Guamaré
67	Setor: Almoxarifado Em Baixa Do Meio Endereço: Rua Princesa Izabel, nº 91, - Baixa do Meio
68	Setor: Almoxarifado Odontológico Endereço: Rua Ibviã Batista, nº 10, - Guamaré
69	Setor: Setor De Arquivo Endereço: Rua Monsenhor José Tibúrcio, Nº427, - Guamaré
70	Setor: Ponto De Apoio Dos Profissionais Endereço: Rua da Saudade, Nº 48, - Baixa do Meio
71	Setor: Anexo Da Regulação Endereço: Rua Augusto Severo, Nº 251, - Baixo do Meio
72	Setor: Almoxarifado Caf Endereço: Rua Professor João Batista, Nº 14, - Guamaré
73	Setor: Samu Endereço: Rua Rio Grande do Norte, S/N, Baixa do Meio

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

74	Setor: Secretaria De Indústria E Comércio - Sede Endereço: Rua Monsenhor Jose Tibúrcio Nº605 - Guamaré
75	Setor: Centro Tecnológico - CTG Endereço: Rua Rio Potengi Nº10 – Vila Maria
76	Setor: Centro De Inclusão Digital Endereço: Rua Mestre Luiz Geremias Nº200 – Baixa do Meio
77	Setor: Sala Do Empreendedor Endereço: Rua Monsenhor Jose Tibúrcio Nº649 - Guamaré





SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	
78	Setor: Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito - Sede Endereço: Rua José do Egito - Guamaré
79	Setor: Oficina Endereço: BR 401
80	Setor: Secretaria Adjunta em BM Endereço: Falta definir – Baixa do Meio

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
82	Setor: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – Sede Endereço: Rua: Largo do Futebol - N° 16 – Baixa do Meio
83	Setor: Dessanilizador Endereço: Rua; Maria da Glória S/N – Baixa do Meio
84	Setor: Fábrica de polpas Endereço: Rua: São João – Ass. Santa Paz

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
85	Setor: Secretaria Municipal de Administração - Sede Endereço: Rua Manuel lucas de Miranda - Guamaré
86	Setor: Anexo do Patrimônio Endereço: Rua Luiz Virgílio - Guamaré
87	Setor: Patrimônio Endereço: Professor João Batista – Guamaré
88	Setor: Central de Ponto Endereço: Rua Manuel lucas de Miranda - Guamaré
89	Setor: Sindicância Endereço: Rua Manuel lucas de Miranda - Guamaré
90	Setor: RH Endereço: Rua Manuel lucas de Miranda - Guamaré

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
91	Setor: Secretaria Municipal De Esporte E Lazer - Sede Endereço: Rua rio Aratuá - Guamaré
92	Setor: Almoxarifado Endereço: Rua Capitão Vicente de Brito - Guamaré
93	Setor: Ginásio Poliesportivo Endereço: Rua Monsenhor José Tibúcio - Guamaré
94	Setor: Bem-Estar em Guamaré Endereço: Rua Monsenhor José Tibúcio - Guamaré





95	Setor: Formando Campeões Endereço: Rua Sete de Maio - Guamaré
96	Setor: Pequeno Samurais Endereço: Rua Monsenhor José Tibúcio - Guamaré
97	Setor: Diretoria da Praça Vila Maria Endereço: Rua Monsenhor José Tibúcio – Conjunto Vila Maria
98	Setor: Estádio de futebol em Guamaré Endereço: Rua rn 2021 – Conjunto Vila Maria - Guamaré
99	Setor: Casa de Brincar Endereço: Rua primavera – Salina da Cruz
100	Setor: Diretoria da Praça em Salina da Cruz Endereço: Conjunto Salina da Cruz
101	Setor: Ginásio em Salina da Cruz Endereço: Conjunto Salina da Cruz
102	Setor: Ginásio Lagoa de Baixo Endereço: Assentamento Lagoa de Baixo
103	Setor: Ginásio Lagoa Doce Endereço: Assentamento Lagoa Doce
104	Setor: Diretoria da Praça da Juventude Endereço: Baixa do Meio
105	Setor: Ginásio Santa paz Endereço: Assentamento Santa paz
106	Setor: Estádio de Futebol BM Endereço: Baixa do Meio
107	Setor: Bem-estar em baixa do Meio Endereço: Baixa do Meio





SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PATRIMONIAL	
108	Setor: Secretaria Municipal de Segurança, Defesa S.P - Sede Endereço: Rua Professor João Batista, 640 - Guamaré
109	Setor: Base da Guarda em Guamaré Endereço: Rua Rio Trairi, 42 - Gp 01 – Conjunto Vila Maria - Guamaré
110	Setor: Base da Defesa Civil Endereço: Rua Monsenhor Jose Tibúrcio, 140 - Guamaré
111	Setor: Base da Guarda em Baixa do Meio Endereço: Rua Vila Nova, 308, - Baixa Do Meio
112	Setor: Almoxarifado da Guarda Municipal. Endereço: Rua Senador Dinarte Mariz, 5, - Baixa Do Meio
113	Setor: Delegacia de Polícia Civil Endereço: Rua Luiz De Souza Miranda, 229 - Guamaré
114	Setor: Base da Polícia Militar em Baixa do Meio Endereço: Rua Vila Nova, 302, - Baixa Do Meio
115	Setor: Sede do 3º Pelotão da PM Endereço: Rua Da Segurança, S/N, - Guamaré
116	Setor: Posto Policial Endereço: Rua Presidente Bandeira, 208, - Baixa Do Meio
117	Setor: Junta Militar Endereço: Rua Monsenhor Jose Tibúrcio, 140 - Guamaré

SECRETARIAS INDIVIDUAL	
118	Setor: Prédio sede da Prefeitura Endereço: Rua Luiz de Souza Miranda - Guamaré
119	Setor: Secretaria Municipal de Meio Ambiente Endereço: Rua Sete de Setembro - Guamaré
120	Setor: Secretaria Municipal de Articulação Endereço: Professor João Batista - Guamaré
121	Setor: Secretaria Municipal de Planejamento Endereço: Rua Monsenhor José Tibúrcio, S/N, - Guamaré.

122	Setor: Secretaria Municipal de Turismo Endereço: Rua rio Aratuá – Guamaré
123	Setor: Secretaria Municipal de Tributação Endereço: Rua Luiz de Souza Miranda - Guamaré
124	Setor: Secretaria Municipal de Pesca Endereço: Rua Sete de Setembro - Guamaré

PRAÇAS / ORLAS





125	Setor: Orla da praia Rio Aratuá - Guamaré
126	Setor: Praça da ponte do Rio Miassaba - Guamaré
127	Setor: Praça da Igreja Endereço: Rua Luiz de Souza Miranda - Guamaré
128	Setor: Praça do Vila Maria Endereço: Conjunto Vila Maria - Guamaré
129	Setor: Praça de Salina da cruz Endereço: Conjunto Salina da Cruz
130	Setor: Praça da Juventude Endereço: Baixa do Meio
131	Setor: Praça da Igreja da estátua Endereço: Baixa do Meio
132	Setor: Praça da Escola Madalena Endereço: Baixa do Meio
133	Setor: Mercado Publico Endereço: Baixa do Meio
134	Setor: Rodoviária Endereço: Baixa do Meio

